

União Africana: por uma geopolítica pan-africanista

Thiago Machado Santana
Universidade Estadual de Campinas
thimargo@hotmail.com

Edvaldo dos Santos Junior – UNICAMP
s.edvaldojunior@gmail.com

Álvaro Roque – UNICAMP
Paulo Rufino – UNICAMP

Resumo

O bloco econômico batizado como União Africana foi fundado em 2002, com objetivo, sobretudo, simbólico de substituir sua antecessora: “Organização da Unidade Africana” (1963); visando assim a superação de inúmeras dificuldades já encontradas no que diz respeito a integração entre as nações do continente africano frente a dinâmica do mercado capitalista global, tendo como ponto nodal o fator comum de vulnerabilidade territorial que são reflexos atuais do processo histórico de exploração imperialista a qual foram submetidas. Tendo em vista a problemática, esse estudo teve como objetivo, entre outras questões, entender por meio de revisão bibliográfica e elaboração de clipping de notícias, como se dá o processo de integração dos países africanos segundo os ditames do bloco, ressaltando quais as possibilidades que são geradas mediante a esse esforço, numa perspectiva histórica-dialética de construção do espaço mas que leva em conta a importância da diversidade cultural e as questões referentes a elas na análise, a exemplo da perspectiva pan-africanista.

Palavras-chave: Pan-africanismo, União Africana, Bloco Econômico

Breve histórico da União africana

De uma maneira geral, notamos que a criação, o desenvolvimento e a efetivação da União Africana são consequências de uma série de acontecimentos, ora ligados às mudanças internacionais que inferem alterações nos ciclos socioeconômicos dos países pertencentes a esse continente, ora intrinsecamente conectadas a aspectos internos que alteraram o status quo de cada uma dessas nações pertencentes ao bloco, culminando em ascensão ou estagnação de dado aspecto a ser pesquisado, neste caso as estratégias inicialmente desenvolvidas por esse conjunto de países para enfrentar os desafios da mundialização, e todas as alterações que podem girar em torno delas.

No caso da União Africana, temos uma grande mudança na periodização dos países que assinam a ata constitutiva através de importantes momentos da história, e do posicionamento político dessas nações ao longo dos últimos cinquenta e cinco anos. Ocorre que a primeira movimentação dos países africanos como um bloco foi realizada em 1963, com a adesão de trinta estados africanos independentes que fundam a Organização da Unidade Africana (OUA), organização que foi fundamental para a libertação do continente, na afirmação de uma identidade comum, realizando uma unidade, onde se faria pensar em ações coletivas na África e em relações com o resto do mundo (Adis-Abeba, Etiópia 1963). Em 1991 os Estados da OUA criam a Comunidade Econômica Africana (CEA) com o principal objetivo da formação de um mercado único africano, tendo como exemplo a Comunidade Econômica Europeia, precursora da União Europeia.

Já em 2002 ocorre a reunião inaugural da União Africana em Addis Abeba (Etiópia). Com motes como tomar posição coletivamente face às mudanças sociais, econômicas, políticas, na África e no mundo; promover o desenvolvimento socioeconômico da África e enfrentar efetivamente os desafios da mundialização sempre tentando evidenciar essa visão interna de uma África unida e forte, trabalhando com a criação de parcerias entre os governos e todos os segmentos possíveis da sociedade civil (Ata Constitutiva da União Africana, Lomé, Togo, a 11 de Julho de 2000).

Contexto atual de integração entre os países africanos

A União Africana possui inúmeras dificuldades no que diz respeito a sua integração entre os demais blocos, seu gigantismo, com certeza é um dos motivos de tal entrave, além do histórico de colonização que é extremamente atual - a maioria dos países africanos se tornaram independente das metrópoles europeias a pouco mais de cinquenta anos - o que acarreta em um sistema político muito instável e dependente. Esse contexto provoca uma profunda divisão do espaço político, social e econômico, visto que nem mesmo a noção de nação é bem estabelecida no próprio território nacional, tornando muito difícil sua legitimação.

Castro (2005), nos atentos que “o nacionalismo, ideologia identitária, constituiu o fundamento do Estado-Nação”, sendo essa noção construída com auxílio da Geografia como disciplina acadêmica e, inclusive, escolar, realizando trabalho no sentido de construir discursos simbólicos, de extrema importância para a consolidação do Estado como instância política legitimada pela sociedade e territorializada.

Conseqüentemente, a construção do Estado encontra problemas, principalmente nos países africanos devido sua territorialização ter sido feita desrespeitando os limites étnicoculturais ali pré-existentes, daí a importância de compreender os movimentos societários como protagonistas da ação, pois, mesmo que haja reafirmação da soberania nacional nas instâncias político-jurídica e institucional, sua base social pode representar entraves no que diz respeito a materialização dessas normas.

Esses conflitos, por sua vez, geram guerras, com grande cunho regionalista, como nos traz Diallo (2011) ressaltando que trinta e dois dos cinquenta e três países que compõe o continente já estiveram em guerra. Dessa forma o bloco tem como entrave a instabilidade política que impossibilita o desenvolver das relações exteriores, pois o ambiente de guerra prejudica, por exemplo, a produção e distribuição de mercadorias, além de, impossibilitar investimento estrangeiro (direto ou indireto) e obriga o Estado a gastar excessivamente seus recursos em segurança pública, negligenciando outras medidas que trariam bem estar social à população - como na construção de habitação, oferecimento de saúde e educação de qualidade, além da geração de empregos. Segundo Saraiva (2008), tais conflitos consumiram entre 1990 e 2005, 300 bilhões de dólares, demonstrando o impacto dos mesmos na geração de pobreza dos países, além da relação de dependência externa devido ao modelo de ocupação do território.

É preciso então que nos desapeguemos da visão única e exclusivamente economicista de uma nação, buscando nas tabelas compreender a conformação de um espaço geográfico, que é em si, como nos traz Castro (1992), instância primordial do desenvolvimento de uma sociedade, e essa não deve ser tomada como apenas reflexos econômicos, mas sim, como contendo toda uma gama de complexidades que, sem dúvida é essa esfera social que lhe atribui, já que, inclusive, a economia é sua criação.

A exemplo disso, Mbembe (2001) critica as análises historiográficas ocidentais que, a partir de um olhar marxista ortodoxo, buscou entender as contradições existentes nos

países africanos como fruto da luta de classes, não dando a importância devida às crenças, culturas produzidas pelos indivíduos e que atribuem significado ao lugar, essa esfera tão cara aos geógrafos(as) e que guarda em si conformações microrregionais específicas que devem ser levadas em conta para melhor entender o território.

O contexto atual de integração dos países africanos encontra na esfera histórica/social um dos seus maiores entraves, tendo reflexos econômicos diretamente ligados a isso, demonstrando a importância da análise geográfica no que diz respeito a compreender, em um continente tão extenso e diverso, as relações entre as partes e o todo e, sem dúvidas esse movimento será grande desafio além de indispensável no desenvolvimento dos objetivos colocados pelo bloco, como a fundação de algo como o “cidadão africano”, para que as condições estruturais de desigualdade possam ser enfrentadas e, na medida do possível, superadas.

Pan-africanismo

Se tratando de um bloco econômico fundamentado na ideologia Pan-africanista, se faz essencial o rompimento epistemológico clássico e o abarcamento em autores esquecidos e invisibilizados da academia tradicional que reforçam a necessidade de tal plano ideológico. Partindo da concepção de descolonização, ainda extremamente necessário no mundo moderno, o princípio pan-africanista consiste num amplo sentido de afrocentricidade. Nunca é tarde para voltar e recolher o que ficou para trás, é o retorno consciente às origens que pauta a valorização de uma identidade racial que foi denegrada e constantemente assassinada deixando marcas cada vez mais profundas na história.

O movimento que tem como perspectiva a afrocentricidade, tem também como foco ultrapassar as fronteiras territoriais do continente, visando atingir as consequentes Diásporas resultantes dos processos de formação socioespacial do mundo, marcado principalmente pela escravidão transatlântica. Na América, por exemplo, o foco central é “colonialismo interno”, em outras palavras, a subalternização do negro nas sociedades nacionais do continente americano. Em contraste, na África, o problema está vinculado ao colonialismo externo, e suas consequências sob o continente.

A partir daí surgem eixos centrais que constituem esta teoria social: liberdade e integração (OLA, 1979). Para sua efetivação a gênese da afrocentricidade é um instrumento de compreensão. De acordo Molefi Kete Asante, um dos ativistas estadunidenses mais conhecidos, “afrocentricidade” nada mais é que a “apresentação apropriada de informação factual numa sociedade multicultural”, a “correção histórica praticante do ensino da verdade”. Ou seja, é a substituição de uma narrativa única, hegemônica e universalmente falsa, a respeito do passado da humanidade, abrange uma visão perspectivista, refutando o ponto de vista de uma conceituação europeia, que pode ser “irrelevante à luz do padrão de argumento avançado pelos afrocentristas”. Nesta perspectiva afrocêntrica, tudo é examinado “através do olhar do povo africano enquanto sujeito de experiências históricas”.

A dicotomia entre cultura X civilização é uma retórica atrelada a ideologia panafricanista. O negro possui uma essência cultural que se contrapõe à lógica materialista e temporal da civilização ocidental (DU BOIS, 1903). É este discurso não reconhecido, que seria fonte da originalidade e criatividade perdida pelo Ocidente.

A herança pan-africana conta com uma diversidade de vertentes, com divisões baseadas em determinados pontos de vista: cultural, histórico e político. O consenso que postula a luta pan-africanista atrelada à luta intransigente pelas independências africanas é

subvertido posteriormente com o condicionamento da divisão dos pan-africanistas em dois principais grupos: “Monróvia” e “Casablanca”.

O que se discutirá aqui é como a divisão tipológica estabelecida ajuda a reestabelecer algumas premissas comuns da ideologia pan-africanista deste período, para além de suas diversidades. Uma unidade baseada em três pilares inter-relacionados: a) libertação; b) integração; c) civilização africana.

O primeiro pilar, da libertação, é unânime em todos pan-africanismo da época. Para os liberais do Grupo de Monróvia, não haviam dúvidas de que sua soberania dependesse da libertação da África do cunho colônia. A divergência contra o Grupo de Casablanca era a não aceção da ideia fundamental deste último, de que a libertação só se consagraria com uma rápida unificação continental.

O mesmo pode-se dizer referente ao segundo fundamento época, a “integração” africana. A dificuldade apresentada aqui, assim como no primeiro princípio acima, é a questão ser mais política do que teórica, o que implica num problema de como realizar tal integração, visto o sistema internacional e a coexistência de inúmeros conflitos internos.

Este dilema político que se coloca em relação ao consenso teórico entre os panafricanistas da época também atinge a terceira agenda do movimento, a existência de uma civilização e de uma personalidade africana. É assim que se generaliza a ideia do rompimento ideológico com as outras concepções políticas, afastando-se das tendências ocidentais, do liberalismo ao marxismo, definindo assim uma nova ideologia, “esta nova ideologia deveria se enraizar nas culturas locais africanas. E, para isto, seria preciso retomar aspectos da ‘civilização’ e da ‘personalidade’ africana para reconstruir os valores próprios dos africanos” (BARBOSA, 2015).

Portanto a construção política do movimento é inter-relacionada a esses três princípios. Sintetizando, o discurso que consistiu no movimento é de que a soberania da África, dependia da independência nacional, quanto a isto não há dúvidas. Mas dependia também de uma nova África, federalizada, regionalista e endogenamente desenvolvida, tomando como primeiro passo a modernização de suas próprias tradições e culturas, uma modernização de personalidade africana.

Conclusão

Entendemos que a constituição da União Africana tem como objetivo constituir uma base solidária entre regiões, como resposta a extrema competição entre os países extrema competição entre países que se aprofunda no atual momento vivido pela economia, prezando, principalmente, pela constituição de uma a zona de livre circulação de pessoas e mercadorias na zona de livre continente. A fundação dessa instituição supraestatal visa reforçar a soberania dos países do continente frente ao mercado global, além de frente ao mercado global, além de melhorar sua competitividade.

A dúvida é se na escala local os reflexos dessas articulações serão sentidos de maneira democrática ou se perpetuarão o caráter excludente das macroeconomias caracterizadas espacialmente pelas regiões produtivas que, inclusive, se apresentam como entrave para o desenvolvimento do bloco pois agem segundo lógicas, muitas vezes, externas aos interesses tanto dos países vizinhos como dentro de sua própria jurisdição territorial (fragmentação geográfica) caracterizados espacialmente pelas regiões produtivas que, inclusive, se apresentam como entraves para o desenvolvimento do bloco pois agem segundo lógicas, muitas vezes, externas aos interesses tanto dos países vizinhos como dentro de sua própria jurisdição territorial(fragmentação geográfica).

Retomando uma fala do grande filósofo pan-africanista Mbembe, onde o mesmo caracteriza a relação entre a China e África pela “extração e predação”. Mbembe afirma que a mudança da situação passa pelo equilíbrio entre os dois lados. “Isto mudará se formos capazes de estabelecer uma relação mais equilibrada entre as elites africanas e as pessoas, e se formos capazes de responsabilizar os proprietários” das empresas, disse Mbembe, acrescentando: “Cabe-nos organizarmo-nos para alcançarmos um ponto de viragem”.

Referências bibliográficas

ASANTE, Malefi Kete. *The Painful Demise of Eurocentrism: An Afrocentric Response to Critics*. África World Press. New Jersey, 1999.

BARBOSA, Muryatan. PAN-AFRICANISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA HERANÇA ESQUECIDA. 5º Encontro Nacional da ABRI, Redefinindo a diplomacia num mundo em transformação. Belo Horizonte, 2015.

CASTRO, I. E. *Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições: Rio de Janeiro*. Bertrand Brasil, 2005. CASTRO, Therezinha. *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

DIALLO, M. A. Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-guerra Fria. *Videre*, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 43-61, janjun.2011.

DU BOIS, W. E. *As almas da gente negra*. São Paulo: Lacerda, 1999 HAFFNER, J.A.; Viana, G. E.S. União Africana (U.A): Desafios e oportunidades da integração. *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 4, nº. 20, Out. Nov. 2013.

OLA, Opeyemi. *Pan-Africanism: an ideology of development*. *Présence Africaine*, 1979. SARAIVA, J. F. S. *A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?* São Paulo: Atual, 2008.